

A LUTA DOS TRABALHADORES DA PT

LEVA À ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO EM RELAÇÃO À “TRANSMISSÃO DE EMPRESA OU ESTABELECIMENTO”

Nesta informação faz-se o balanço das últimas iniciativas das ERCT's, entre elas as que conduziram à decisão da Assembleia da República no dia 20, assim:

Reunião com a PT. No dia seguinte à reunião com a Presidente da PT, as ERCT's solicitaram uma reunião com carácter de urgente, para fundamentalmente se discutir:

- Situação dos trabalhadores afectos à USP/UTT.
- Reversão dos trabalhadores transmitidos. Posição do Comité Executivo/Altice quanto a futuras “Transmissões de estabelecimento”.

A reunião realizou-se no dia 15, cujas conclusões resumem-se ao seguinte:

Em relação aos trabalhadores alocados na USP/UTT, o CCO sugeriu quatro caminhos:

- Dos que não têm funções, entre 12 a 15 poderão vir a ser dispensados da assiduidade, com direito ao salário e Sub. de refeição.
- Dos restantes sem funções, cerca de 25 poderão vir a ocupar algumas vagas existentes.
- A todo o conjunto destes trabalhadores, o Comité Executivo irá continuar a propor as RMA, (as ERCT's defendem a ocupação dos trabalhadores e não RMA, que no fundo se traduzem em rescisões/despedimentos).
- Para os trabalhadores que não for possível encontrar colocação imediata, nem aceitem a RMA, irá ser feito um levantamento nas várias Direcções para apurar das possíveis possibilidades de ocupação.

O CCO foi claro ao dizer que a possibilidade de futuras transmissões está em aberto e como tal recusou assumir o compromisso de parar com este processo. As ERCT,s têm que preparar a resposta e ela será em conformidade, que a PT/Altice não tenha dúvidas disso.

Reuniões com os Grupos Parlamentares. As ERCT's enviaram aos Grupos Parlamentares que dão suporte político ao governo, um documento que contem as suas principais reivindicações em relação à alteração do Código do Trabalho no que concerne à matéria da “Transmissão de Empresa ou estabelecimento”, acompanhado de uma solicitação de reunião antes do dia 20, por se saber que nesse dia iam ser discutidos os Projectos-Lei do BE e do PCP.

As ERCT's foram recebidas pelos Grupos Parlamentares do BE, PCP e PS, respectivamente nos dias 15, 18 e 19, nas quais reafirmamos as questões constantes no documento antes entregue, reconhecendo a importância dos Projectos-Lei apresentados e criticando de forma construtiva os aspectos que a nosso ver não estão contemplados nos referidos Projectos-Lei, mormente o do PS que a nosso ver é o menos abrangente. Também tomamos conhecimento que o PAN apresentou um Projecto de alteração à Lei.

Na reunião com o G.P do PS, por ser a última e pelo facto da preponderância que este G. P. ia ter em relação à discussão e votação da matéria, referimos que esperávamos que o PS viabilizasse os quatro Projectos, para que baixassem à **Comissão do Trabalho** para discussão na especialidade e nesta sede, esperávamos que os quatro partidos conseguissem chegar a acordo com um Projecto-Lei que englobasse o melhor que cada um tem, porque os Projectos, embora diferentes, não são antagónicos e por isso devem gerar um consenso alargado.

Na reunião com o Grupo Parlamentar do PS foi-nos garantido que os quatro Projectos-Lei (BE, PCP, PS e PAN, por ordem de apresentação) iam ser aprovados como de facto aconteceu, tendo votado contra, como já se esperava, o PSD e o CDS.

Discussão na especialidade. Esta é também uma fase de discussão importante, porque é onde se consensualizará (ou não) o Projecto - Lei final a ser submetido à Assembleia da República e as ERCT's já têm a garantia do PS, BE e PCP que serão convidadas a expor as suas preocupações e dar os seus contributos, o que obviamente não deixaremos de fazer.



Dia 20 de Setembro. No dia da discussão e votação na A.R em Lisboa, dos quatro Projectos-Lei, as ERCT's realizaram concentrações de activistas Sindicais frente à Assembleia da República, no Porto, Funchal e outras cidades, porque a nossa luta e dos trabalhadores não pára aqui.

A LUTA DOS TRABALHADORES DA PT, FOI E SERÁ DETERMINANTE EM TODO ESTE PROCESSO.

Não pode haver dúvidas que a LUTA sem tréguas que tem sido assumida pelas ERCT's da PT há mais de 70 dias a vários níveis, com extraordinário apoio dos trabalhadores é o factor determinante para se alcançarem os objectivos pretendidos, que entre outros são:

- Mudança radical na PT no diálogo e negociação com as ERCT's e mudança do tipo de gestão que tem vindo a ser praticado.
- Acabar com a situação insustentável de trabalhadores sem funções ou semi-ocupados.
- Clarificar bem a figura da Transmissão de empresa ou estabelecimento e garantir no Código do Trabalho as condições e direitos importantes para o futuro, donde se destaca o direito de oposição dos trabalhadores.
- Reversão dos Trabalhadores Transmitidos com colocação na PT Portugal.

ACT. Um dos patamares da luta travada, tem sido o envolvimento da ACT nos actos inspectivos, tendo sido realizadas várias dessas acções com aplicação de Coimas que, segundo a Comunicação Social já andarão na ordem dos vários milhões de Euros, talvez uma situação recorde em termos de Empresas Portuguesas, o que confirma aquilo que há muito tempo as ERCT's têm denunciado, que a PT/Altice funcionam com total desrespeito pela Lei.

"Transmissão de estabelecimento". Outro dos patamares da nossa luta, desenvolvida em várias frentes, Governo Central da República e das R. Autónomas, Partidos políticos e inúmeras e diversificadas formas de luta, cujos efeitos foram muito para além da PT, porque tem estado e continua a estar em causa, não só a defesa dos trabalhadores, mas também da própria Empresa e da qualidade de serviço que esta está obrigada a garantir aos seus clientes e ao País.

Ponto mais alto da luta. O ponto mais alto da luta foi obviamente a histórica Greve Geral de 21 de Julho que marcou de forma inequívoca o desenvolvimento futuro em relação à decisão política do processo.

As ERCT's sempre afirmaram que a alteração ao Código do Trabalho em relação à "Transmissão de estabelecimento" teria que passar por uma decisão política, como se veio a comprovar com a apresentação dos quatro Projectos-Lei.

Que não restem dúvidas, se não fosse a luta desenvolvida, os referidos Projectos não teriam sido sequer discutidos, muito menos sem terem passado pela Concertação Social.

Luta transversal. A luta desenvolvida é transversal a toda a sociedade, vai muito para além da PT, porque as alterações requeridas ao Código do Trabalho, são também, para prevenir que no futuro surjam na PT ou outras Empresas Transmissões abusivas e fraudulentas.

A luta vai continuar. Temos uma larga maratona a percorrer, dia 20 cumprimos mais uns quilómetros, mas ainda temos muitos mais a percorrer até chegarmos à meta vitoriosos e por isso a luta vai continuar, sem tréguas nem intervalos.

Reunião das ERCT's. Dia 27 as ERCT,s vão reunir, para avaliar a situação e decidir em que termos a luta vai continuar. Entretanto está agendada para dia 27 (ainda por confirmar) uma reunião no Ministério do Trabalho com a Secretária de Estado da Segurança Social, onde serão analisadas nomeadamente a situação dos trabalhadores da CGA que foram transmitidos. No dia 3 de Outubro, está confirmada uma nova reunião no Ministério do Trabalho de prevenção de conflitos, para a qual, por requerimento das ERCT,s foram convocadas todas as Empresas envolvidas na Transmissão de estabelecimento (MEO, WINPROVIT, SUDTEL, TENORD e FIELD FORCE ATLÁTICO).

**LUTA SEM TRÉGUAS NA PT VAI CONTINUAR
PARA EVITAR A DESTRUIÇÃO DA EMPRESA
UMA CALOROSA SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES**